

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, IMOBILIÁRIAS E  
ADMINISTRAÇÃO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**MADJA EDITH GOMES MARTINS**

**EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: um estudo nas empresas de Energia  
Elétrica.**

São Luís/MA

2021

**MADJA EDITH GOMES MARTINS**

**EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: um estudo nas empresas de Energia Elétrica.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Contábeis da Universidade Federal do  
Maranhão, como requisito parcial para  
obtenção do grau bacharel em Ciências  
Contábeis.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Darliane Ribeiro  
Cunha.

São Luís/MA

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Martins, Madja Edith Gomes.

Evidenciação das Informações Ambientais das  
Demonstrações Contábeis: um estudo nas empresas de Energia  
Elétrica / Madja Edith Gomes Martins. - 2021.  
36 f.

Orientador(a): Darliane Ribeiro Cunha.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis,  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Contabilidade Ambiental. 2. Índice de  
Sustentabilidade Empresarial. 3. Informações Ambientais.  
I. Cunha, Darliane Ribeiro. II. Título.

**EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: um estudo nas empresas de Energia Elétrica.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Darliane Ribeiro Cunha.

Aprovada em 22 de setembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Darliane Ribeiro Cunha  
(Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup>. Me. Janieiry Queiroga da Costa  
Teixeira  
Examinadora  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Me. Lucio Gemaque Souza  
Examinador  
Universidade Federal do Maranhão

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela força dada durante toda esta caminhada, pois - sem Ele, eu não venceria mais essa etapa em minha vida.

Ao meu pai, Antonio Joaquim, pelo apoio incondicional por toda a minha vida e todo o incentivo educacional oferecido, em meio a dificuldades.

Ao meu namorado, Kristhyano, por nunca me deixar duvidar de minha capacidade, pelas constantes cobranças para que esse capítulo fosse finalizado com êxito, bem como por suportar todo o êxtase, alegre ou triste, durante esta caminhada.

À Prof. Darliane Cunha, por todo ensinamento compartilhado, nessa longa (e difícil) trajetória de orientação acadêmica, como minha orientadora - no feito deste trabalho, bem como por seu exemplo de dedicação à academia.

Aos meus amigos da graduação (bem como de vida), João Alexandrino e Glaucyelle Lima, pelas alegrias e dificuldades compartilhadas durante a jornada, bem como por todo o incentivo dado para que essa conclusão de curso, ainda que tardia, fosse realizada.

À Universidade Federal do Maranhão pelo apoio acadêmico.

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as informações ambientais que são evidenciadas nas demonstrações contábeis anuais e no relatório de administração divulgados pelas empresas de Energia Elétrica, listadas no ISE 2020. O presente estudo foi classificado como exploratório e descritivo. Trata-se de uma pesquisa documental, em relação aos procedimentos de coleta de dados em sua análise. A análise e coleta de dados foram extraídos através das demonstrações contábeis anuais e nos relatórios de administração. A averiguação das demonstrações contábeis publicadas pelas 7 empresas pesquisadas teve a finalidade de verificar quais informações ambientais são evidenciadas e de que forma são apresentadas. A motivação deste advém do reconhecimento da importância da evidenciação das informações ambientais sobre o reflexo de suas atividades no meio ambiente e sobre as medidas tomadas por elas para mitigar ou extinguir os impactos ambientais de sua atuação, além de prestar contas ao *stakeholders*. Através dos resultados deste estudo, constatou-se que as empresas analisadas demonstram grande preocupação com as questões ambientais, considerando que apresentam informações complementares às demonstrações contábeis, evidenciando por seus relatórios contábeis, os impactos de suas atividades no meio ambiente e as medidas por elas tomadas para reduzir este impacto. Os resultados principais sinalizam que o Relatório de Administração é preferencialmente empregado para evidenciar informações ambientais. Contudo, as Notas Explicativas também são muito utilizadas, considerando que são informações que visam complementar às demonstrações contábeis.

**Palavras-chave:** Contabilidade Ambiental. Informações Ambientais. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Meio Ambiente. Demonstrações Contábeis. Relatório de Administração. Notas Explicativas.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the environmental information that is evidenced in the annual financial statements and in the management report released by the Electric Energy companies, listed in ISE 2020. The present study was classified as exploratory and descriptive. This is a documentary research, in relation to the data collection procedures in its analysis. Data analysis and collection were extracted through annual financial statements and management reports. The investigation of the financial statements published by the 7 companies surveyed had the purpose of verifying what environmental information is evidenced and how it is presented. The motivation of this comes from the recognition of the importance of the evidence of environmental information about the reflection of their activities in the environment and on the measures taken by them to mitigate or extinguish the environmental impacts of their activities, in addition to being accountable to stakeholders. Through the results of this study, it was found that the companies analyzed show great concern with environmental issues, considering that they present information complementary to the financial statements, evidencing by their accounting reports, the impacts of their activities on the environment and the measures taken by them to reduce this impact. The main results indicate that the Management Report is preferably used to evidence environmental information. However, the Explanatory Notes are also widely used, considering that they are information that aims to complement the financial statements.

**Keywords:** Environmental Accounting. Environmental Information. Business Sustainability Index. Environment. Financial Statements. Management Report. Explanatory Notes.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

IAIB - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

IBAI – Instituto Brasileiro de Auditores Independentes.

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

ICPB - Instituto dos Contadores Públicos do Brasil.

ISDJ – Índice de Sustentabilidade Dow Jones.

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial.

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade.

NE – Notas Explicativas.

NPA – Normas e Procedimentos de Auditoria.

RA – Relatório de Administração.

RSC – Responsabilidade Social Corporativa.

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente.



## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

Quadro 1 – Empresas de Energia Elétrica que compõem o ISE em 2020 e os respectivos anos analisados. ....	22
Quadro 2 – Informações evidenciadas pelas Empresas.....	23
Tabela 1 – Empresas analisadas, segundo as exigências da Norma NBC T 15.....	24
Tabela 2 – Empresas analisadas, segundo a NPA 11 do IBRACON .....	25

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Contextualização do Tema.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Problemática .....</b>	<b>14</b>
<b>1.3 Objetivos.....</b>	<b>15</b>
1.3.1 Objetivo Geral .....	15
1.3.2 Objetivos Específicos .....	15
<b>1.4 Justificativa .....</b>	<b>15</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Contexto histórico das questões ambientais.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Responsabilidade Social Corporativa.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 Evidenciação Ambiental.....</b>	<b>21</b>
<b>2.4 Índice de Sustentabilidade Empresarial.....</b>	<b>22</b>
<b>2.5 NBC T 15 .....</b>	<b>23</b>
<b>2.6 IBRACON e a NPA 11 .....</b>	<b>23</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 Classificação da Pesquisa.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 População e Amostra.....</b>	<b>25</b>
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>26</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização do Tema

O compromisso com a sustentabilidade converteu-se em pauta indispensável entre os pilares que constituem organizações de diferentes portes e segmentos do mercado, a julgar pela sobrecarga que há quanto à exploração de recursos naturais, comprometendo assim o autocontrole ecológico e a qualidade de vida da sociedade. Considerando que a maioria das organizações buscam por resultados financeiros cada vez rápidos, ou seja, em um curto espaço de tempo, por vezes, algumas ações podem prejudicar o meio ambiente, provocando catástrofes ecológicas.

Para Dalmoro, Venturini e Pereira (2009), as empresas que se projetam neste contexto, tendem a comprometer a sua sobrevivência no mercado, acometendo o vínculo com seus fornecedores, bem como clientes, empregados e a sociedade, beneficiando assim seus concorrentes.

Segundo Antonovz (2014), a modernização dos processos, bem como seus avanços tecnológicos, foi pertinente em acarretar, além de inúmeros benefícios para a sociedade, incontáveis problemas nos âmbitos econômicos e ambientais para a humanidade. Desta forma, as empresas passaram a ter uma maior preocupação com sua imagem diante dos consumidores em relação a condição ambiental repassada. Assim, muitas empresas modificaram suas percepções: o gasto com questões ambientais, antes percebido como despesa, começou a ser considerado como investimento.

De acordo com Aligreri e Kruglianskas (2009), a exigência, para com as empresas, da busca por soluções devido aos problemas socioambientais, gerados em decorrência de suas atividades, partiu da própria sociedade.

Diante deste cenário de crescente preocupação da sociedade para com as questões ambientais e os impactos das organizações no meio ambiente, sabendo que o excessivo crescimento - sem as devidas precauções com as emissões de poluentes expressa ineficácia e desperdício, ocasionando assim uma perda de competitividade, constata-se que a responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas, passando a ser questão de visão e, até mesmo, estratégia, a fim de aliar ações de desenvolvimento sustentável, consumo consciente e alcance de metas de resultado.

Para Ribeiro (2010), questionamentos começaram a ser feitos quanto à mensuração da disponibilidade dos recursos naturais no planeta, em virtude da vasta preocupação com a questão ecológica. Nesse sentido, Ferreira (2009) afirma que a Contabilidade Ambiental se

resume a um conjunto de informações que demonstram as ações de uma entidade ao modificar seu patrimônio, surgindo assim em virtude da necessidade de ofertas informações adequadas à gestão ambiental.

Conforme Hansen e Mowen (2001), é primordial o foco em gestão ambiental para muitas empresas. De fato, muitas gastam, em atividades ambientais, volumes consideráveis de recursos anualmente. No entanto, ressaltam que decisões ambientais são tomadas apenas para cumprir os regulamentos ambientais. Contudo, ponderam que o surgimento de uma abordagem ativa nesse sentido vem se tornando uma realidade, cada vez mais, prioritária, principalmente em função da sustentabilidade dos negócios.

Neste contexto de divulgação, a Ciência Contábil vem, paulatinamente, desempenhando um planejamento das atividades da empresa na busca pelo cumprimento de procedimentos e normas sustentáveis estipuladas para um amortecimento nos altos impactos ecológicos gerados diariamente. Longe de ser uma preocupação restrita a governos, esse tipo de desenvolvimento é demanda cada vez mais presente nas sociedades que, especialmente nos últimos anos, vêm exigindo a consolidação de um papel mais amplo das empresas frente à coletividade, que não só apenas o de maximização de lucros e criação de riqueza (RIBEIRO, 2010).

Considerando que a produção de energia, sobretudo a elétrica, é uma das responsáveis do acelerado crescimento e desenvolvimento de um país, é natural a cobrança ser maior, em virtude de o setor utilizar recursos naturais como principal fonte de matéria prima. Sobretudo, o desafio destas empresas consiste em estudar possibilidades na redução do impacto ambiental, conseguinte de suas atividades, bem como prestar suporte ao crescimento econômico (ANEEL, 2008).

Como efeito, muitas organizações passaram a evidenciar seus investimentos ambientais para corroborar sua responsabilidade social, tal como a sua preocupação ambiental, e não mais somente para cumprir determinações. Referente a isso, Saunders e McGovern (1997) argumentam a importância que o marketing ecológico passou a exercer no mercado de negócios, haja vista a necessidade de executar práticas ambientais apropriadas, não deixando de suprir a oferta de qualidade e preço acessível aos consumidores.

Tal qual a preocupação com os resultados financeiros, é existente um grande interesse em perceber como as atitudes das organizações empresariais são auferidas pela sociedade. Diante disto, a adequada evidenciação sobre as ações e os procedimentos escolhidos é necessária em vista que são capazes de impactar na situação econômica e financeira de uma empresa, pregando a ética na conduta dos negócios, a transparência no relacionamento com

os *stakeholders*, além do compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável.

Nas últimas décadas, surgiram diversos índices e rankings de relatórios ambientais, com o intuito de promover um maior incentivo para as corporações comprometidas em crescimento sustentável e *disclosure* de informações ambientais, de forma voluntária.

No ano de 2005, a Bolsa de Valores de São Paulo (a antiga BOVESPA, passando a ser, desde 2017, apenas B3 – Brasil, Bolsa, Balcão) criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): ferramenta utilizada para análise comparativa do desempenho das empresas presentes na Bolsa, sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, o chamado *Triple Bottom Line*: resultados medidos em termos sociais, ambientais e econômicos.

Ainda que, no Brasil, não haja uma normalização legal quanto às evidenciações ambientais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) discorre trâmites técnicos a serem considerados, por parte das empresas, quanto à apresentação destas informações, por meio de uma das Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas, a *NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental*. Em vigor desde 2006, esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Azevedo e Cruz (2006) realizaram um estudo em que investigaram o nível de evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região Nordeste do Brasil. Identificaram em seus resultados que as atividades desenvolvidas por empresas do setor elétrico causam significativos impactos sociais e ambientais, justificando dessa maneira a exigência de publicação do balanço social por parte das empresas desse setor.

Souza *et al.* (2010) analisaram as informações ambientais devidamente evidenciadas nas demonstrações contábeis das empresas participantes da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial, da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA, nos segmentos de Energia Elétrica, Química e Siderurgia e Metalurgia, nos períodos de 2007 e 2008. No estudo foi possível observar que o uso do Balanço Social para divulgação de gastos ambientais, apontando indicadores específicos, utilizado por todas as empresas, seguido do Relatório de Administração, com a mesma finalidade. Já as Notas Explicativas, apenas uma terça parte das empresas fez uso. Contudo, apesar do envolvimento das empresas quanto à evidenciação de informações ambientais, ainda era pouco explorada a utilização de indicadores ambientais nestes segmentos empresariais.

O estudo desenvolvido por Rodrigues *et al.* (2011) teve como objetivo verificar como as empresas abertas do segmento de adubos e fertilizantes haviam classificado e evidenciado

seus custos de natureza ambiental. Os resultados mostraram que, ainda que as empresas demonstrassem preocupação quanto às questões ambientais e sociais, em contrapartida, as evidenciações eram restritas somente ao qualitativo das informações dessa natureza. Foi constatado que, ainda que tenha tido a mudança postural quanto à conscientização ambiental, ainda havia muito a ser realizado, principalmente ao que diz respeito à combinação de informações ambientais com os Relatórios de Administração e Demonstrações Financeiras obrigatórias, de modo a possibilitar maior transparência aos usuários destas informações.

Já a pesquisa de Pereira *et al.* (2015) teve como objetivo a demonstrar qual o nível de evidenciação ambiental nas demonstrações contábeis das empresas do setor de energia elétrica do Brasil, no ano de 2012. Para tal, selecionaram, de acordo com a Revista Exame, as empresas brasileiras do setor de energia elétrica classificadas como 100 maiores empresas do país. Constatou-se que, nos referentes relatórios, não havia divulgações das informações de natureza ambiental. As empresas com o nível mais satisfatório (regular), com 36,36% de evidenciação, foram Petrobrás, AES Eletropaulo, Cemig Distribuição e Copel, e as empresas com nível de evidenciação ruim, com 0% de evidenciação, foram Eletrobrás e Light Distribuição, denotando que neste segmento empresarial o nível de evidenciação ambiental ainda é frágil e necessita de regulamentação para maior transparência.

## 1.2 Problemática

A relevância da pesquisa deve-se ao fato de a sustentabilidade corporativa ser um tema de crescente interesse e importância entre as comunidades acadêmica e empresarial. Haja vista que às questões ambientais vem obtendo destaque cada vez maior quanto ao planejamento energético do país, bem como possuir uma demanda de diferentes *stakeholders*, é necessário que estejam alinhadas em adotar o modelo de desenvolvimento sustentável, em virtude do compromisso político assumido pelo Brasil.

Para Lima *et al.* (2012), a análise de informações ambientais evidenciadas nas demonstrações contábeis permite o conhecimento das práticas adotadas pelas corporações em sua relação com o meio ambiente, podendo provocar o interesse da sociedade e demais interessados em exigir uma atitude mais responsável por parte das mesmas. Empresas que praticam a responsabilidade social e ambiental podem conseguir um importante diferencial competitivo no setor em que atuam.

O presente estudo consiste em uma análise sobre a amplitude das informações ambientais que são evidenciadas pela carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composta por empresas que se destacam em responsabilidade social, com

sustentabilidade no longo prazo. Mais especificamente, o estudo concentrou-se na análise de empresas dos segmentos de energia elétrica, em virtude do reconhecimento de ser ela uma das atividades mais potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais, de graus médio e alto, de acordo com a classificação dada pela Lei 10.165/00.

Considerando a importância do ISE quando se trata de sustentabilidade empresarial, de ser um referencial no desempenho das ações desse tipo de empresa e de estimular boas práticas por parte das demais empresas, faz-se o seguinte questionamento: *As empresas do segmento de Energia Elétrica, listadas no ISE 2020, evidenciam as informações ambientais nas suas demonstrações contábeis?*

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

Entendendo que a evidenciação das informações ambientais é tema relevante para a contabilidade, o presente estudo tem por objetivo analisar as informações ambientais que são evidenciadas nas demonstrações contábeis anuais, divulgados pelas empresas de Energia Elétrica listadas no ISE 2020. Dessa forma, é importante contextualizar a temática Contabilidade Ambiental, bem como apresentar a evidenciação das informações ambientais fornecidas pelas empresas de energia elétrica listadas no ISE 2020.

#### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- ✓ Entender a Contabilidade Ambiental;
- ✓ Comprovar a evidenciação das informações ambientais fornecidas pelas empresas de energia elétrica que constam na carteira ISE 2020.

### **1.4 Justificativa**

No decurso do processo de desenvolvimento tecnológico, a exploração desenfreada dos recursos ambientais pelas grandes indústrias (a iniciar pela Revolução Industrial), deu início a grandes reflexões por parte da sociedade em geral. A fim de amenizar este impacto, estratégias organizacionais foram desenvolvidas para obtenção das metas de resultado da empresa.

Assim, faz-se necessária, através de relatórios contábeis, a evidenciação de informações contábeis, haja vista sua capacidade de impacto no que diz respeito aos setores econômico e financeiro de uma organização, além de transmitir uma boa imagem

perante o mercado.

Por conseguinte, tais informes representam um referente do comportamento sustentável das ações, haja vista a percepção do mercado para tal. As empresas que assumem condutas responsáveis no quesito ambiental são predispostas a compreender melhores resultados econômicos.

Tinoco e Kraemer (2008) destacam que as empresas devem satisfazer adequadamente às demandas de seus clientes e de seus parceiros nos negócios e atividades, e divulgar e dar transparência, as partes interessadas, de sua inserção no contexto das relações econômicas, financeiras, sociais, ambientais e de responsabilidade pública.



## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Contexto histórico das questões ambientais**

De acordo com Souza et al. (2010), o pensamento geral era tido que o meio ambiente seria fonte inesgotável de recursos, e que qualquer ação de aproveitamento da natureza fosse infinita, alguns fenômenos fizeram com que a visão ambiental começasse a ser questionada, de acordo com estudos indicativos de problemas, principalmente, em virtude da poluição atmosférica, a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

Na tentativa de promover estratégias que visem ao desenvolvimento socioeconômico atrelado à preservação do meio ambiente e ao uso consciente de recursos naturais, surgiram as conferências ambientais, que reúnem representantes de diversos países. As empresas foram sujeitas a se ajustarem e a se preocuparem com a reposição dos recursos retirados do meio ambiente que, até então, eram retirados da natureza, de forma indevida, devido aos protocolos ambientais que vieram a surgir.

A fim de estabelecer medidas protetivas ao ambiente, bem como a promoção do uso saudável e sustentável dos recursos naturais, foi criada a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano, aprovada em Estocolmo, em 1972. Estabeleceu princípios para questões ambientais internacionais, incluindo direitos humanos, gestão de recursos naturais, prevenção da poluição e relação entre ambiente e desenvolvimento, estendendo-se até a necessidade de se abolir as armas de destruição em massa. A conferência também levou à elaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que deu continuidade a esses esforços.

Já em 1987, foi adotado o Protocolo de Montreal – um tratado que tinha como objetivo: regularizar a produção, bem como o uso de produtos químicos, contribuintes para a destruição da camada de ozônio da Terra. O acordo é consequência da Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio. Ele é considerado um dos acordos ambientais mais bem sucedidos, pois foi adotado por 197 países. O Brasil é um dos países participantes (IBAMA, 2021).

Inúmeros eventos, em nível global, surgiram como resultado à cobrança dos movimentos sociais, bem como de algumas organizações. O Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente, é também conhecido como Protocolo de Madri, em referência à cidade em que foi assinado, no dia 4 de outubro de 1991. Esse Protocolo, que passou a vigorar a partir de 14 de janeiro de 1998, visa à proteção integral do meio ambiente antártico e aos ecossistemas dependentes e associados e, através deste,

designam a Antártica como reserva natural, consagrada à paz e à ciência. As atividades deverão ser organizadas e executadas na área do Tratado da Antártica de forma a dar prioridade à pesquisa científica e a preservar o valor da Antártica como zona consagrada à pesquisa, inclusive às pesquisas essenciais para a compreensão do meio ambiente global. (FAB, 2019).

Adotado em 1997, no Japão, o Protocolo de Kyoto foi um tratado internacional que visava reduzir os gases poluentes que causam o aquecimento global. Quando entrou em vigor, exigiu que 41 países e os estados membros da União Europeia reduzissem a emissão de gases de efeito estufa. Já o Acordo de Paris é um tratado mundial a respeito das alterações climáticas, possuindo como principal objetivo a redução da emissão de gases de efeito estufa.. Após muitas negociações, o acordo foi assinado em 12 de dezembro de 2015, na cidade que leva seu nome. Foi necessário, para que entrasse em vigor, que os países que representam em torno de 55% da emissão de gases de efeito estufa ratificassem- no. Esse número foi alcançado e o acordo começou a vigorar em 4 de novembro de 2016.

Conforme Souza et al. (2010), quanto ao Brasil, a evolução do aspecto legal que normatiza e regulamenta a interação das empresas com o meio ambiente, há também de ser considerada. A cerca da preservação ambiental, existem diversas leis coordenadas, principalmente, pelo Ministério do Meio Ambiente, através das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

De acordo com Lima et al. (2012), a NPA 11, de 1996, do Instituto Brasileiro de Contadores do Brasil (IBRACON), a fim de estabelecer os vínculos entre a contabilidade e o meio ambiente, propôs a evidenciação de informações de natureza ambiental. Com isso, também propôs o detalhamento sobre as aquisições de Ativos Ambientais para as ações de preservação do meio ambiente, e seus passivos ambientais a todos os usuários de suas demonstrações contábeis e ao público em geral.

Em linhas gerais, este pronunciamento determina que os ativos ambientais devam ser apresentados em títulos e subtítulos, evidenciando os bens imobilizados, os gastos com pesquisa e desenvolvimento, os estoques utilizados no processo de eliminação dos agentes poluidores. No item 9, conceitua como passivo ambiental toda agressão que se praticou, ou que é praticada contra o Meio Ambiente, que consista nos valores dos investimentos necessários à sua reabilitação, bem como multas e indenizações em potencial. Neste sentido, as empresas que não reconhecerem, atualmente e no futuro, os encargos potenciais do passivo ambiental apurarão custos e lucros irreais.

## 2.2 Responsabilidade Social Corporativa

A sociedade vive uma constante transformação. Há uma preocupação maior com questões ambientais e sociais — diretamente relacionadas com o aumento da exigência dos consumidores.

Essa preocupação com a questão ambiental passou a assumir um posicionamento estratégico para que as empresas pudessem usufruir dos benefícios gerados a partir de suas condutas sociais, bem como condições de competitividade em seus segmentos econômicos. Representa um crescimento em relação aos processos de gestão antecedentes a essa conscientização ecológica. A organização que pratica responsabilidade social corporativa acaba refletindo a sociedade na qual se encontra. Ao invés de massificar o perfil dos colaboradores, trabalha a favor da diversidade. (MURMURA; BRAVI; PALAZZI, 2017).

À medida que grandes empresas passaram a exercer um maior poder econômico, político e social, debates começaram a ocorrer sobre papel das organizações (WELLS, 2002).

Governos deram início ao direcionamento de suas políticas a fim de melhorar a provisão social e os serviços dentro dessa estrutura, visando bem-estar social (ALBAREDA; LOZANO; YSA, 2007).

Hill et al. (2007) destacam que um crescente interesse em estudar a responsabilidade dos negócios, com atividades destinadas a atingir importantes objetivos sociais, foi percebido.

O conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) cresceu em importância e significado ao longo das décadas, sendo assunto de debate, comentário e construção de teoria, desenvolvendo-se no âmbito acadêmico e profissional (CARROLL; SHABANA; 2010).

Nos anos de 1950, as relações públicas sofreram alterações em virtude do avanço da televisão, haja vista que possuía a capacidade de moldar a opinião pública, algo que, até então, era — ansiosamente, procurados pelas empresas e pela sociedade (CLARK, 2000). Foi a década de mais ideias do que de ações em relação à Responsabilidade Social Corporativa, tendo sido um período de mudança de atitudes, com executivos de negócios tentando entender o que seria RSC, com poucas ações além de filantropia (CARROLL, 2008).

Na década de 1960, questões éticas nos negócios começaram a ser discutidas em uma escala sem precedentes, havia uma percepção de que práticas trabalhistas repressivas

podiam ser encontradas inclusive nas organizações mais admiradas do mundo, produtos inseguros estavam sendo vendidos e a moralidade estava sendo comprometida na busca de dinheiro e poder (LANTOS, 2001).

Durante a década de 1970, os conceitos de Responsabilidade Social Corporativa foram expandidos, com o surgimento de diferentes conceitos e tratamentos sobre como definir RSC e o papel das empresas na sociedade (MURMURA; BRAVI; PALAZZI, 2017).

Em suma, nos anos 70, houve recomendações de planejamento de atividades de RSC pelas empresas, mecanismos para avaliar o desempenho social e institucionalização de políticas de RSC, com mais troca de conhecimentos entre estudiosos.

A década de 1980 teve como foco o desenvolvimento de novos conceitos de RSC, com conceitos complementares e temas como desempenho social corporativo, política pública, ética empresarial e teoria dos stakeholders (CARROLL, 2008).

A preocupação sobre Responsabilidade Social Corporativa aumentou, devido aos questionamentos sobre o desempenho financeiro das empresas e o poder e privilégio das grandes organizações, com isso é esperado um melhor controle social das empresas e uma melhor Governança Corporativa. Nos anos 90, estudiosos afirmaram que as empresas não seriam responsáveis por toda sociedade e sim, com as partes interessadas que afetam ou são afetadas pelas atividades da empresa (CARROLL; SHABANA, 2010).

Escândalos aconteceram no início dos anos 2000. Como exemplo corporativo, têm-se o da Eron, já como financeiro, vários na Wall Street, que foram repercutidos na mídi, por toda a década (CARROLL; SHABANA, 2010). Foi, a partir de 2010, que os estudos sobre Responsabilidade Social Corporativa começaram a crescer, fazendo com que ela se tornasse - cada vez mais, complexa e multifacetada (JAMALI; KARAM, 2018). A RSC tornou-se, para as organizações, uma estratégia a fim de fornecer produtos e serviços satisfatórios quanto à demonstração de responsabilidades socioambientais (CAMPOS; GRANGEL, 2018).

O envolvimento em atividades de Responsabilidade Social Corporativa pode diminuir o risco de corrupção nas organizações, administração de empresas que têm uma consciência maior de RSC são menos propensos a se envolver em práticas de corrupção, instituindo sistemas e procedimentos que limitam práticas corruptas nas empresas (KRISHNAMURTI; SHAMS; VELAYUTHAM, 2018). Sendo assim, mostra-se que aRSC ainda não tem um conceito claramente definido, existindo muitas abordagens que podem defini-la (JANKALOVA, 2016).

Outra visão para RSC apresenta que em um sistema de livre mercado, um executivo corporativo é um empregado dos proprietários das corporações e tem uma responsabilidade direta com seus empregadores que é conduzir os negócios para ganhar tanto dinheiro quanto possível em conformidade com as regras básicas da sociedade (FRIEDMAN, 1970).

As organizações seriam apenas entidades legais incapazes de tomarem decisões de valor, um administrador usar recursos da empresa para projetos sociais sem fins lucrativos é considerado um desvio de eficiência econômica e algo ilegal sobre a organização (BALABANIS; PHILLIPS; LYALL, 1998).

### **2.3 Evidenciação Ambiental**

Haja vista a finalidade de fornecer informações valiosas aos investidores, para Souza e Ribeiro (2004), a elaboração e divulgação das informações contábeis referentes ao meio ambiente são necessárias, pois demonstram a situação patrimonial da empresa.

Para Ribeiro (2005), a evidenciação das informações ambientais tem por objetivo reconhecer, verificar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação, bem como a recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial da entidade.

Para Bergamini Jr. (1999), a Contabilidade Ambiental tem o objetivo de incluir as transações da empresa que influenciam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa.

Tinoco e Kraemer (2008) mencionam que as empresas têm evidenciado seu envolvimento em questões ambientais, quer através da elaboração do Balanço Social anexo às demonstrações contábeis, ou ainda, através de evidenciação de sua inserção visando à preservação do meio ambiente no relatório da administração, em anexo à publicação das demonstrações contábeis, além da divulgação em relatórios ambientais ou relatórios socioambientais.

Rover (2009), em sua pesquisa, buscou identificar os fatores determinantes da divulgação voluntária ambiental por empresas brasileiras potencialmente poluidoras. Foram analisados os demonstrativos financeiros padronizados e os relatórios de sustentabilidade das empresas abertas com ações listadas na BM&FBOVESPA no período de 2005 a 2007. O estudo concluiu que, no período de três anos analisados, as empresas evidenciaram sentenças ambientais, sendo divulgadas estas em relatórios de sustentabilidade e

demonstrações financeiras padronizadas.

## 2.4 Índice de Sustentabilidade Empresarial

A crescente exigência social e ambiental sobre as organizações permitiu uma avaliação da Responsabilidade Social das Organizações. Favorecendo a criação de inúmeros índices foram criados, como o Índice de Sustentabilidade Dow Jones, FTSE- 4good.

Criado em 1999, o Índice de Sustentabilidade Dow Jones (ISDJ), revisava práticas de sustentabilidade corporativa, sendo considerado referência para RSC das empresas e usado por muitas empresas para divulgar e elaborar seus relatórios, que apresentam vários indicadores que permitem evidenciar informações das organizações, como avaliação de ativos intangíveis, desenvolvimento de capital humano e questões organizacionais.

Esta iniciativa procura gerar um universo de aplicações de capital que seja proporcional com as necessidades de avanços sustentáveis da comunidade moderna e incentivar o compromisso moral das instituições (BM&FBM&FBOVESPA, 2016).

O ISE busca criar um ambiente que tenha compatibilidade com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimula a responsabilidade ética nos negócios (PEREIRA *et al.*, 2018). É um selo para medir o desempenho das entidades relacionadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial, de acordo com o desenvolvimento sustentável organizacional.

Ele aumenta a compreensão a respeito de instituições envolvidas com as evoluções para a preservação ambiental, diversificando-se pelos avanços, clareza e melhora na performance ambiental. Esta iniciativa procura gerar um universo de aplicações de capital que seja proporcional com as necessidades de avanços sustentáveis da comunidade moderna e incentivar o compromisso moral das instituições (BM&FBM&FBOVESPA, 2016).

De acordo com Souza *et al.* (2010), como o ISE é considerado um “selo de qualidade”, as empresas que compõem sua carteira são consideradas de alta credibilidade pelo mercado, o que poderia proporcionar fortalecimento de sua imagem, sua marca, seu produto e suas ações.

Desde seu surgimento, o ISE B3 apresentou performance de +266,19% contra 235,43% do Ibovespa, conseguindo ainda menor volatilidade, 23,86% em relação ao Ibovespa, que teve 26,51% (ISE, 2020).

## 2.5 NBC T 15

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) são normas e métodos que tem a obrigação de analisar o desempenho da atividade contábil, do mesmo modo que as definições fundamentais, ensinamentos, formações estratégicas e metodologias a serem executados na elaboração das atividades mencionadas nos regulamentos autorizados por decisão enunciada pelo CFC (CFC N.º 1.328/11).

As NBCs dividem-se entre Profissionais e Técnicas, a NBC T 15 trata de informações de natureza social e ambiental, é de caráter técnico (CFC N.º 1.328/11).

A NBC T 15 determina métodos para a demonstração de dados de meio social e ambiental, com a finalidade de comprovar para a comunidade a atuação e a obrigação social com a organização, e essa Demonstração das Informações de Natureza Social e Ambiental, tem o compromisso de demonstrar os elementos e as notícias de origem social e ambiental da instituição, retirados ou não da contabilidade, conforme os métodos decretados por este regulamento (NBC T 15, 2004).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T 15, traz o assunto dos dados sociais e ambientais a começar pelas Demonstrações de Informações de Natureza Social e Ambiental. Informa que essa evidenciação tem a obrigação de apontar dados referentes à produção e divisão de capital, comunicação da organização com o meio exterior e com a natureza (ROVER et al., 2008).

## 2.6 IBRACON e a NPA 11

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) fundado em 13 de dezembro de 1971 emergiu a partir da ligação de duas entidades, o Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB) e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBAI), que se associaram a fim de alcançar um alicerce superior e de maior importância em vantagem do cargo. Desta maneira foi formado o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB) (IBRACON, 2020).

A organização foi formada com o intuito de contribuir no sistema de reestruturação, a partir do momento em que a auditoria independente se modificou, tornando-se essencial para as entidades de capital acessível e o principal composto de regulamentos a respeito das demonstrações contábeis foi redigido e empregado através da Circular Nº 179 do Banco do Brasil (IBRACON, 2020).

A função do IBRACON é conservar a segurança da coletividade na profissão de

auditoria independente e a importância do desempenho técnico, defendendo e determinando os modelos de superioridade em contabilidade e auditoria independente (IBRACON, 2020).

IBRACON possui ligações com o ISE juntamente com outras organizações, fazendo parte da maior classe de administração do ISE o CISE - Conselho Deliberativo do ISE, presidido pela BM&FBM&FBOVESPA (BM&FBM&FBOVESPA, 2016).

Os princípios morais, os cuidados com o meio ambiente e o compromisso social foram manifestadas como uma qualidade distinta de determinadas organizações. Essas características se converteram para imprescindíveis para a administração da instituição, por conservarem o símbolo da empresa e por condutas que auxiliam a impedir ameaças a continuação do comércio. O IBRACON em parceria com o ISE faz um trabalho de maior credibilidade as empresas listadas (IBRACON, 2020).

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Classificação da Pesquisa**

Como tipologia de pesquisa, empregou-se a pesquisa bibliográfica, pois fez-se uso de artigos, dissertações e teses já publicadas e as publicações foram aplicadas como base conceitual do estudo (BEUREN, 2010).

Com este estudo, procura-se verificar como as empresas, do segmento de energia elétrica da carteira ISE 2020, que são as companhias que detêm as 200 ações mais líquidas da Bolsa, evidenciam suas informações ambientais em suas demonstrações, sobre o reflexo de suas atividades no meio ambiente e sobre as medidas tomadas por elas para mitigar ou extinguir os impactos ambientais de sua atuação.

A pesquisa também se classifica como descritiva, pois o estudo tem o propósito de expor as características de certo fato ou acontecimento, neste estudo será a evidenciação das informações ambientais nos relatórios contábeis, usar-se-á o modo descritivo visto que será identificado, examinado, e categorizado os dados encontrados na pesquisa (BEUREN, 2010).

Em relação a abordagem do problema, o estudo se classifica como quantitativo, visto que houve uma tabulação dos dados para posterior análise. Richardson (1999) descreve que a principal diferença entre uma abordagem qualitativa da quantitativa é o fato de a quantitativa utilizar um instrumento estatístico na análise do problema.

A pesquisa se classifica como análise documental para a coleta de dados, que foram extraídos dos Relatórios de Administração (RA), Notas Explicativas (NE) e Balanço



Social. Os dados que foram obtidos diretamente do site da BM&FBOVESPA, conforme Gil (2002), são documentos que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reorganizados de acordo com os objetivos da pesquisa.

O acesso a estes documentos foi por meio da Internet, com consulta às páginas eletrônicas das empresas no período de 04/2020 a 08/2021.

Foi utilizada como fundamento de pesquisa a procura de informações ambientais de maior destaque, utilizando-se de palavras chaves: “ambiental” e “ambiente”, dentro dos relatórios contábeis e dos relatórios de administração, para sabermos as informações ambientais evidenciadas nos documentos analisados.

A análise foi realizada, nos seguintes termos: 1, para quando possuir informações ambientais de maneira destacada nos documentos pesquisados; 0, para quando não as possuir.

### 3.2 População e Amostra

A amostra da pesquisa compreendeu as empresas de capital aberto com ações na B3 (antiga BOVESPA), integrantes do ISE no ano de 2020, composta por sete companhias que atuam nos segmentos de Energia Elétrica.

QUADRO 1 – Empresas de Energia Elétrica que Compõem o ISE em 2020 e os respectivos anos analisados.

<b>EMPRESAS</b>	<b>ANO DOS RELATÓRIOS ANALISADOS</b>
AES TIETE ENERGIA SA	2020
CEMIG DISTRIBUIÇÃO	2019
COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	2019
EDP ENERGIAS DO BRASIL	2020
ELETOBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.	2020
ENGIE	2020
LIGHT S.A.	2019

Fonte: Dados da Pesquisa.

O setor de energia elétrica foi escolhido por se configurar como um segmento empresarial regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que exige maior nível de divulgação de informações em seus relatórios financeiros e supostamente apresenta maior nível de transparência de suas atividades.

#### 4. RESULTADOS

O Quadro 2 a seguir apresenta as informações ambientais de maior destaque, que foram extraídas das Demonstrações Contábeis anuais e dos Relatórios de Administração, bem como Notas Explicativas, referentes ao período compreendido, ano de 2020, das empresas analisadas:

Quadro 2 - Informações Evidenciadas pelas Empresas.

<b>Empresa</b>	<b>Relatório de Administração</b>	<b>Balço Social</b>	<b>Notas Explicativas</b>
AES TIETE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participante do ISE;</li> <li>• Pilar primordial a responsabilidade com a sociedade, meio ambiente e com a governança corporativa;</li> <li>• Revisão de Diretrizes de Sustentabilidade 2019/2023.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores ambientais relativos a operação da empresa e projetos ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Risco socioambiental;</li> <li>• 108 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação;</li> </ul>
CEMIG	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participante do ISE;</li> <li>• Certificação ISO 14001:2015;</li> <li>• Programas ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores ambientais relativos a operação da empresa e projetos ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política Ambiental: 6 princípios que orientam suas atividades e direcionam seus esforços relacionados à sustentabilidade.</li> </ul>
COPEL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação no ISE;</li> <li>• Reconhecida como case de boas práticas em sustentabilidade com o programa Cultivar Energia - 2019.</li> <li>• Programa de Responsabilidade Socioambiental da UHE Colíder - 2019.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores ambientais relativos a operação da empresa e projetos ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consórcio Copel Energia a Gás Natural;</li> <li>• Ações civis públicas e ações populares devido à falta de licenciamento ambiental de novos projetos.</li> </ul>
EDP	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação no ISE;</li> <li>• Conselho de Ambiente e Sustentabilidade;</li> <li>• 100% de certificação ambiental ISO 14001:2015.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores ambientais relativos as operações da empresa, projetos externos e metas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planeta Zero: programa inovador de promove a sustentabilidade.</li> </ul>
ELETROBRÁS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação no ISE;</li> <li>• Redução de Emissões de CO2 e CERs;</li> <li>• Projetos e Programas ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores ambientais relativos as operações da empresa, projetos externos e metas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciamento Ambiental e Nuclear;</li> </ul>
ENGIE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (Pacuera) da Usina Hidrelétrica Cana Brava</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores ambientais relativos a operação da empresa e projetos ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de educação ambiental em comunidades;</li> </ul>
LIGHT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação no ISE;</li> <li>• Certificação ISO 14.001 no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - 2019.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores ambientais relativos as operações da empresa, projetos externos e metas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento de /gases de efeito estufa;</li> <li>• Sistema de Gestão Ambiental;</li> <li>• Projetos ambientais.</li> </ul>

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme o Quadro 2, o Relatório de Administração é utilizado pelas empresas a fim de detalhar programas e projetos ambientais. No entanto, as empresas analisadas evidenciam

no Balanço Social apenas alguns indicadores ambientais.

Concomitante a este propósito, as empresas utilizam também as Notas Explicativas, a fim de acrescentar a estas informações ambientais, a existência de processos judiciais, constituição de provisões e contingências.

Na Tabela 1, apresentam-se os itens relativos as exigências da Norma NBC T 15 do CFC.

Demonstra que a maioria das empresas utiliza o Balanço Social para detalhar as informações ambientais exigidas pela norma do CFC. Apresentam indicadores para aferir o alcance de metas estabelecidas e verificar o desempenho ambiental.

Tabela 1 – Empresas Analisadas, Segundo as Exigências da Norma NBC T 15

Resolução CFC nº 1.003/04 - NBC T15 - Informações de Natureza Ambiental		AES Tietê	CEMIG	COPEL	EDP	ELETRORAS	ENGIE	LIGHT
1	Investimentos e gastos para melhoria do meio ambiente.	1	1	1	1	1	1	1
2	Investimentos e gastos com prevenção e/ou recuperação de ambientes degradados.	1	1	1	1	1	1	1
3	Investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.	1	1	1	1	1	1	1
4	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	1	1	1	1	1	1	1
5	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais.	1	1	1	1	1	1	1
6	Quantidades de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	1	1	1	1	1	1	0
7	Valor das multas e das indenizações relativas a matéria ambiental via administrativa ou judicial.	1	0	0	0	1	1	0
8	Passivos e Contingências ambientais	1	1	0	0	1	0	1

Fonte: Dados da Pesquisa

O Relatório de Administração é utilizado por grande parte das empresas para divulgar informações ambientais, de forma exaustiva, relativas a programas e projetos ambientais, menciona os custos e investimentos ambientais, o quantitativo de imobilizado e estoques que

seriam representativos dos investimentos em meio ambiente, bem como aos Passivos Ambientais, evidenciados, revelando a incidência de danos ambientais, ações judiciais e a necessidade de reparação do meio ambiente.

A AES Tietê tem como compromisso pautado impactar positivamente as comunidades locais e reduzir o impacto ambiental das nossas operações. (AES TIETÊ, 2020).

Em 2019, a Cemig totalizou R\$ 55,2 milhões em recursos aplicados em diretrizes ambientais.

Também são dispostos pelas empresas neste relatório informações como: alguns investimentos e custos ambientais incorridos para a proteção do meio ambiente. Porém, o conteúdo destas normas segue uma padronização criteriosa e detalhada, determinando a evidenciação das políticas, custos, contingências, ativos e passivos ambientais.

As informações das empresas analisadas demonstram que as normas existentes proferidas pelo IBRACON e CFC para a evidenciação e padronização das informações ambientais, existe uma uniformidade com relação ao conteúdo apresentado nas Notas explicativas e no Balanço Social.

As ações das empresas apresentadas no Relatório da Administração demonstram a preocupação com o monitoramento dos níveis de poluição a fim de controlá-los, o que demanda investimentos para medir as emissões de gases, para a preservação de áreas, desenvolvimento de projetos e a criação de programas para prevenção da poluição e educação ambiental.

De acordo com o Tabela 2, as Notas Explicativas publicadas, na grande maioria das empresas, atendem a determinação normativa, considerando que a NPA 11 determina que sejam dispostos as contingências e os riscos relativos aos impactos ambientais.

Tabela 2 – Empresas Analisadas, Segundo a NPA 11 do IBRACON.

NPA 11 – IBRACON Notas Explicativas		AES Tietê	CEMIG	COPEL	EDP	ELETROBRAS	ENGIE	LIGHT
1	Retorno sobre Investimento Ambiental	0	1	0	0	0	0	0
2	Posição ambiental da empresa	1	1	1	1	1	1	1
3	Contingências ambientais(no caso de empresa reconhecidamente poluidora).	0	1	0	0	1	1	1

Fonte: Dados da Pesquisa.

Além de ser uma obrigação legal, o licenciamento ambiental das atividades da Cemig

visa garantir que expansão e operação ocorram em observância aos critérios ambientais e em consonância com a Política Ambiental da Companhia, apoiando a prevenção de impactos, e norteando a sua gestão ambiental. Existe um compromisso legal de recuperar, proteger e conservar as matas, os rios e a fauna do entorno dos empreendimentos. Por ser a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em extensão de linhas e redes, a Cemig compreende a criticidade da interferência das redes elétricas no meio ambiente e prioriza ações de minimização de riscos de desligamentos e interrupções de energia, fazendo o manejo sustentável da vegetação e a gestão dos habitats terrestres. Dessa forma, a Companhia está contribuindo para o cumprimento do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15 da ONU: “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade”. (CEMIG, 2019).

Já a COPEL foi reconhecida como case de boas práticas em sustentabilidade com o programa Cultivar Energia (Educação, Informação e Comunicação Socioambiental), pela Benchmarking Brasil. Desde 2009, a Copel mantém em seus contratos uma cláusula-padrão de responsabilidade socioambiental que, desde 2016, passaram a ser acompanhados de Declaração de Idoneidade e de Responsabilidade Social. Um novo modelo de contrato passou a vigorar em 2018, incluindo também aspectos de direitos humanos, com destaque para o cumprimento dos 10 Princípios do Pacto Global.

Possui, como uma das suas principais diretrizes estratégicas, a seguridade e elevação de níveis de sustentabilidade empresarial, ambiental, governança, gestão de riscos e *compliance*, inclusive nas participações societárias. Há uma iniciativa de envolvimento das comunidades do entorno dos empreendimentos de geração e transmissão com o objetivo de estabelecer contato, recolher demandas e dirimir dúvidas com relação à implantação e/ou operação dos empreendimentos da Copel.

São realizadas campanhas com os moradores, para informar cuidados para um convívio seguro com a rede elétrica, distribuição de material e preenchimento de formulário com informações e impressões dos afetados com relação aos empreendimentos. (COPEL, 2019).

A visão da EDP traduz ainda o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, assumindo em pleno o papel estruturante da energia no suporte a modelos de crescimento mais equilibrados do ponto de vista ambiental, social e económico. Esta visão foi reforçada no Plano Estratégico 2019-22, que além de objetivos e metas para 2022, estabelece uma ambição clara para 2030 focada na descarbonização para colocar a

companhia na liderança na transição energética.

A EDP mantém, ainda, o seu compromisso em contribuir ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas. É referência na transição energética, com desempenho reconhecido por entidades internacionais independentes. (EDP, 2020).

Para a Eletrobrás, a gestão ambiental racional e responsável é essencial à sustentabilidade de sua operação e ao seu modelo de geração de valor, uma vez que seus negócios dependem diretamente de recursos naturais. Contam com um Sistema de Gestão Ambiental baseado em três elementos principais: a Política Ambiental das empresas Eletrobras, o Comitê de Meio Ambiente das empresas Eletrobras e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS) – Módulo Ambiental. (ELETROBRAS, 2019).

A conformidade legal, em todos os âmbitos, é um compromisso fundamental da ENGIE no desenvolvimento de suas atividades, no Brasil e no mundo. Esse compromisso inclui atendimento irrestrito à legislação ambiental, de modo que os empreendimentos, tanto nas fases de implantação quanto de operação, são submetidos a avaliações rigorosas quanto aos impactos causados sobre o ecossistema.

A conformidade legal, em todos os âmbitos, é um compromisso fundamental da ENGIE no desenvolvimento de suas atividades, no Brasil e no mundo. Esse compromisso inclui atendimento irrestrito à legislação ambiental, de modo que os empreendimentos, tanto nas fases de implantação quanto de operação, são submetidos a avaliações rigorosas quanto aos impactos causados sobre o ecossistema.

Para o alcance dos objetivos e metas ambientais corporativas, diversos indicadores de desempenho e conformidade são regularmente monitorados por meio do Sistema Integrado de Gestão (SIG), tais como emissões de gases de efeito estufa, gestão da água e efluentes, resíduos sólidos e manejo da fauna e flora. (ENGIE, 2020).

Por meio de sua política ambiental e seus compromissos com o meio ambiente e o clima, a Light compromete-se com a preservação e conservação do meio ambiente, uso eficiente dos recursos naturais e redução das emissões de gases de efeito estufa. Em 2019, foram investidos R\$ 25,8 milhões em ações de manutenção e segurança; educação e projetos ambientais; licenciamento e atendimento à legislação; implantação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental; reflorestamento e contenção de taludes e encostas; remoção de plantas aquáticas; e pesquisa e desenvolvimento (P&D). Possui um Sistema de Gestão Integrado (SGI), que contempla as normas ISO 9001/2015, ISO 14001/2015 e OHSAS 18001/2007 e

abrange todas as usinas e estruturas associadas do parque gerador de energia.

Por sua vez, a Light possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que avalia e monitora os aspectos e impactos das atividades do seu parque operacional, mantendo cerca de 88% de unidades certificadas na ISO 14001/2015. Outro compromisso assumido é o de manter as ações educativas sobre descarte correto de resíduos e preservação ambiental em escolas públicas e particulares que possuem ecopontos. (LIGHT, 2019).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma necessidade de se evidenciar informações ambientais, como uma abordagem incutida na cultura e no plano de ações das empresas, a fim de possibilitar seu desenvolvimento, assegurar melhorias em sua qualidade de produção, bem como diminuir perdas e ineficiências em processos.

A contabilidade ambiental não é uma nova técnica, mas sim uma ênfase nos fatos específicos da área ambiental, portanto, a correta evidenciação de informações econômico-financeiras realizada pelas empresas contribui para o desenvolvimento econômico sustentável e, nesse sentido, a busca pelo entendimento das questões relacionadas ao meio ambiente se mostra condição *sine qua non* para que se realize uma divulgação adequada, reduzindo a assimetria de informações aos *stakeholders*.

Esta pesquisa buscou abordar aspectos inerentes à Contabilidade Ambiental e a sua utilização nas empresas de energia elétrica, pertencentes à Carteira ISE 2020. A análise dos dados revelou que as empresas com ações na BOVESPA, integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial evidenciam suas informações de cunho ambiental através do Balanço Social, dos Relatórios de Administração e em Notas Explicativas.

No universo de pesquisa considerado, ou seja, o segmento de Energia Elétrica, no período de 2019/2020, constatou-se que o Balanço Social é utilizado pela maioria das empresas para divulgação de alguns indicadores e metas ambientais.

O Relatório de Administração apresenta a relação dos investimentos em projetos e programas ambientais onde as empresas analisadas atuam. Grande parte destas informações estão detalhadas de acordo com a NBCT 15 na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, instituída por aquela norma, que deverá ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

De acordo com os dados verificados, é notório que o demonstrativo mais utilizado para evidenciação das informações contábeis é o Relatório de Administração. No entanto, também se percebe que as Notas Explicativas, por apresentarem informações complementares às demonstrações contábeis, também são bastante utilizadas, haja vista que muitas empresas optam por fornecer suas informações ambientais neste último demonstrativo.

Os resultados obtidos demonstram que apesar das empresas se mostrarem consciente dos impactos negativos que seus processos podem causar ao meio ambiente, geralmente apresentam as informações de forma mais descritiva, destacam as informações ambientais, sociais e financeiras. Contudo, pouca informação é evidenciada quanto às práticas contábeis



ambientais, quando se refere aos ativos e receitas, passivos e custos ambientais.

O conteúdo das informações ambientais observadas demonstrou o engajamento das empresas em projetos e programas ambientais, com um efetivo planejamento e gestão destas atividades.

Tal qual, outro aspecto importante detectado nesta pesquisa: a maior parte das empresas estudadas não evidencia informações ambientais numéricas nos seus Balanços Patrimoniais e nas suas Demonstrações do Resultado do Exercício. Acredita-se que, em virtude da não obrigatoriedade de evidenciação dessas informações, faz com que as empresas optem por divulgar em outros relatórios ou não divulgar. De forma geral, as informações ambientais identificadas demonstram, principalmente o engajamento das empresas em projetos ambientais. No entanto, não há uma padronização dessas informações, dessa forma, não estão atendendo a determinação normativa.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília: ANEEL, 2008. Disponível em: . Acesso em: 06 mar. 2021.
- ALIGRERI, L.; ALIGRERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALBAREDA, L.; LOZANO, J. M.; YSA, T. **Public policies on corporate social responsibility: The role of governments in Europe**. *Journal of Business Ethics*, v. 74, n. 4, p. 391-407, 2007.
- AES TIETE. **Relatório de Administração**. São Paulo: 2020, 20p.
- AZEVEDO, Tânia C.; CRUZ, Cláudia F. (2006). **Balanco Social como instrumento para demonstrar a responsabilidade social das entidades: Uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação**. *Revista Pensar Contábil*, v.8, p.13-20.
- BALABANIS, G.; PHILLIPS, H.; LYALL, J. **Corporate social responsibility and economic performance in the top British companies: are they linked?** *European Business Review*, v. 98, n. 1, p. 25-44, 1998/02/01 1998.
- BERGAMINI JR., S. **Contabilidade e riscos ambientais**. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, n.11, 1999.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. Ed. São Paulo: Atlas S. A., 2010
- BOVESPA, **Bolsa de Valores de São Paulo**. Disponível em: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) | B3. Acesso em: 12 jun. 2021.
- CAMPOS, C.; GRANGEL, R. **A Domain-Specific Modelling Language for Corporate Social Responsibility (CSR)**. *Computers in Industry*, v. 97, p. 97-110, 2018/05/01/ 2018.
- CARROLL, A. B. **A history of corporate social responsibility: Concepts and practices**. *The Oxford handbook of corporate social responsibility*, p. 19-46, 2008.
- CARROLL, A. B.; SHABANA, K. M. **The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice**. *International Journal of Management Reviews*, v. 12, n. 1, p. 85–105, 2010.
- CEMIG. **Relatório de Administração**. São Paulo: 2020, 319p.
- CLARK, C. E. **Differences between public relations and corporate social responsibility: An analysis**. *Public Relations Review*, v. 26, n. 3, p. 363-380, 2000.
- COPEL. **Relatório de Administração**. Curitiba: 2019, 147p.
- DALMORO, M.; VENTURINI, J. C.; PEREIRA, B. A. D. **Marketing verde: responsabilidade social e ambiental integradas na envolvente de marketing**. *Revista*

- Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v.11, n.30, p.38-52, Jan/Mar 2009.
- EDP. **Relatório de Administração**. São Paulo: 2020, 184p.
- ELETROBRAS. **Relatório de Administração**. Rio de Janeiro: 2019, 215p.
- ENGIE. **Relatório de Administração**. Florianópolis: 2020, 216p.
- FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FRIEDMAN, M. **The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits**. 1970.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HANSEN, D. R.; MOWEN, M. M. **Gestão de Custos: Contabilidade e Controle**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- HILL, R. P.; AINSCOUGH, T.; SHANK, T.; MANULLANG, D. **Corporate social responsibility and socially responsible investing: A global perspective**. *Journal of Business Ethics*, v. 70, n. 2, p. 165-174, 2007.
- IBAMA, **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente**. Disponível em: Protocolo de Montreal (ibama.gov.br) Acesso em: 12 jun. 2021.
- IBRACON. **NPA 11 – Normas e procedimentos de auditoria – Balanço e ecologia**. São Paulo: Ibracon, 1996. Disponível em <http://www.icbrasil.com.br/juri/default.asp?id=82> Acesso em: 12.12.2020.
- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3)**. Disponível em: [http://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm)>. Acesso em: 09 nov. 2020.
- JAMALI, D.; KARAM, C. **Corporate social responsibility in developing countries as an emerging field of study**. *International Journal of Management Reviews*, v. 20, n. 1, p. 32-61, 2018.
- JANKALOVA, M. **Approaches to the Evaluation of Corporate Social Responsibility**. *Procedia Economics and Finance*, v. 39, p. 580-587, 2016/01/01/ 2016.
- KRISHNAMURTI, C.; SHAMS, S.; VELAYUTHAM, E. **Corporate social responsibility and corruption risk: A global perspective**. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, v. 14, n. 1, p. 1-21, 2018/04/01/ 2018.
- LANTOS, G. P. **The boundaries of strategic corporate social responsibility**. *Journal of consumer marketing*, v. 18, n. 7, p. 595-632, 2001.
- LIGHT. **Relatório de Administração**. Rio de Janeiro: 2019, 82p.
- LIMA, K.P.S de; CUNHA, D.R.; MOREIRA, F.G.L; PORTE, M.de S. **Contabilidade Ambiental: um estudo sobre a evidenciação das informações ambientais nas**

**demonstrações contábeis das grandes empresas brasileiras.** Revista Eletrônica de Administração (Online), v. 11, n.1, edição 20, jan-jun 2012.

MARINHA DO BRASIL. **Tratado da Antártica e Protocolo de Madri** / Marinha do Brasil. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Secretaria da Comissão. - 2ª edição. Brasília, DF: SECIRM, 2016. 72p.

MURMURA, F.; BRAVI, L.; PALAZZI, F. **Evaluating companies' commitment to corporate social responsibility: Perceptions of the SA 8000 standard.** Journal of Cleaner Production, v. 164, p. 1406-1418, 2017/10/15/ 2017.

**NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental.** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

PEREIRA, F. E.; LUZ, J. R. M.; CARVALHO, J. R. M. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, ISSN 2318-1001, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 60-72, maio/ago. 2015.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva: 2005.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Jeniffer Monteiro; MACHADO, Debora Gomes; CRUZ, Ana Paula Capuano Da. **Evidenciação de custos ambientais em empresas do segmento de adubos e fertilizantes.** Revista Contemporânea de Contabilidade. Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 63, 2011.

ROVER, S. **Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil.** 2009. 99 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SAUNDERS, T.; MCGOVERN, L. **The bottom line of green is black.** 10ª Ed. New York: Harper Collins, 1997.

SOUZA, M. A. de, Rásia, K. A., & Jacques, F. V. da S. (2010). **Evidenciação de informações ambientais pelas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE.** Revista Contabilidade e Controladoria, 2(1), 51-139.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WELLS, C. **Cycles of corporate social responsibility: An historical retrospective for the twenty-first century.** U. KaN. l. rev., v. 51, p. 77, 2002.